

2015

VADE
MECUM

11.ª Edição

RT

VADE MECUM 2015

11.ª edição revista, atualizada e ampliada

INCLUI O NOVO
CÓDIGO DE
PROCESSO
CIVIL

DESTAQUES

- Constituição Federal atualizada em 1.º de 2015.
- Código Penal atualizado com a proibição de feminicídio e a reparação de tipo penal Laceramento e Escarificação.
- Código Civil atualizado com o novo regime de bens Compartilhado e da filiação filial.
- CF atualizado com as alterações sobre o Estatuto Profissional, as Escizas na Lei de Trabalho e Moral de Personalidade para Retribuir.
- Lei 12.796/2014 - Define o valor de discriminação dos períodos de uso de RH.
- Lei 12.790/2014 - Altera de regra em regime em sistema público federal.
- Lei 1462/2014 - Estabilidade provisória prevista em art. 10, II, b, do ADCT a trabalhadores públicos, no caso de morte do(a) e quem tenha a guarda de seu filho.
- Lei 12.965/2014 - Novo Código de Internet.
- Lei 13.076/2014 - Define o regime jurídico das pessoas jurídicas entre entidades da administração pública e organizações da sociedade civil, e prorroga a aplicação da Lei de Responsabilidade Administrativa nº 12.740/2012.

EXCLUSIVO!

VERSÃO ELETRÔNICA
GRATUITA DO LIVRO COM:

- 1 atualização em 2015
- Busca inteligente
- Anotações no próprio livro

ACESSO ON-LINE

- Todo conteúdo do livro impresso
- Todas as súmulas dos Tribunais Superiores
- Mais de 1.000 normas extras

www.editora.com.br/rt/rtm2015



TRABALHO JURÍDICO
REVISTA DOS
TRIBUNAIS

Resumo de Vade Mecum RT 2015

Novo Código de Processo Civil com índice sistemático, notas de correspondência e notas remissivas; Código Penal atualizado com a previsão do Femicídio e a separação dos tipos penais Contrabando e Descaminho; Código Civil atualizado com o novo regime da Guarda Compartilhada e da Alienação Fiduciária; CLT atualizada com as alterações sobre o Motorista Profissional, os Recursos na Justiça do Trabalho e Adicional de Periculosidade para Motoboys; Lei 12.984/2014 – Define o crime de discriminação dos portadores do vírus do HIV; Lei 12.990/2014 – Reserva de vagas aos negros em concursos públicos federais; LC 146/2014 – Estabilidade provisória prevista no art.

10, II, b, do ADCT à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho; Lei 12.965/2014 – Marco Civil da Internet. Lei 13.019/2014 – Define o regime jurídico das parcerias voluntárias entre entidades da administração pública e organizações da sociedade civil, e promove alterações na Lei de Improbidade Administrativa e na Lei 9.790/1999; Súmulas novas: 516 a 519 do STJ.

[Acesse aqui a versão completa deste livro](#)